

Sobre nossos mortos. A pandemia do novo Coronavírus no Brasil

About our dead. The Coronavirus pandemic in Brazil

Alessandra Ruivo Jacob
e Pablo Sgarbi

Resumo:

Este artigo aborda o impacto da pandemia que atingiu o Brasil em março de 2020. O elevado número de mortes no país está relacionado à má gestão política, principalmente no âmbito federal, gerando efeitos catastróficos para todos os brasileiros. Com base em Jacques Derrida, Pierre Fédida e Piera Aulagnier apresentamos questões sobre fenômeno, representação (*Vorstellung*) e não representado. Com isso, destacamos a importância da representação para os nossos mortos.

Palavras-chave:

Fenômeno; espectro; mortos; pandemia; representação; não representado; psicanálise.

Abstract:

This article addresses the effect of the COVID-19 pandemic in Brazil, which started in March 2020. The high number of deaths in the country is related to poor management policies, especially in the federal scope, composing the worst scenario for the Brazilian people. Based on Jacques Derrida and Pierre Fédida, we present questions about phenomenon, presentation (*vorstellung*), and non-presented. Thus, we highlight the importance of representation for our dead.

Keywords:

Phenomenon; spectrum; dead; pandemic; presentation; non-presented; psychoanalysis.

Chegou a hora de o Brasil convocar seus mortos. Não os mais famosos, as pessoas exemplares, os santos, as figuras históricas, aqueles cujas biografias são lembradas nos jornais, em nomes de rua. Involuntariamente, esses já pertencem, estátuas de bronze em plintos de pedra, ao fio de horrores que nos trouxe até aqui (...). A banalidade que alcançamos agora não é a do mal, mas a da morte mesma. Precisamos da indiazinha contaminada pelo vírus que o pregador trouxe na Bíblia. E se não nos comportarmos à altura, se não fizermos o que devemos fazer (e com certeza não estamos fazendo), que venha o abraço de podridão dessa gente.

(Nuno Ramos, em artigo da *Folha de São Paulo* de 03 de maio de 2020)

INTRODUÇÃO

Maio de 2020, caminho pelas ruas próximas à minha casa. É o primeiro passeio que faço em dois meses. As ruas estão vazias como nunca as vi. Não se trata meramente da ausência de pessoas, mas de algo como um vazio suplementar. Como se o vazio objetivo das ruas se dobrasse sobre si mesmo, invertesse seu sinal e ganhasse uma consistência quase física (metafísica?); uma presença, um peso que pareço sentir sobre mim. Uma sensação de ser olhado sem poder ver o que me olha. De repente vem à minha cabeça uma ideia estranha: são os mortos da Covid-19.

A psicanálise há tempos nos revela a necessidade de representarmos na cena psíquica o que nos acomete; seja a partir do corpo, com suas necessidades fisiológicas e pulsionais, seja a partir da realidade externa com sua forma imperativa de se apresentar ou ainda a partir da demanda do outro sobre nós. Todas essas fontes incitadoras de afetos, que na origem encontram-se em estados brutos, precisam de representação (*Vorstellung*) para serem metabolizadas no psiquismo; metabolizar-se em representação psíquica para não ter como único destino o espaço corpóreo. Por afeto em estado bruto (quantum de afeto) entende-se energia pulsional que circula sem ligação, sem representação. Na ausência de representação não há investimento pulsional em que *Eros* predomine, portanto, estaremos às voltas com o predomínio da pulsão de morte.

Em Freud o conceito de representação (*Vorstellung*) é bastante complexo e não temos a pretensão de aprofundá-lo aqui. No entanto, gostaríamos de destacar a importância que representar tem para o aparelho psíquico, aspecto já fundamentado pelo próprio criador da psicanálise. Apesar do termo

‘representação’ estar inserido também no campo da filosofia e da psicologia, o uso proposto por Freud será original. Ele faz a oposição entre representação e afeto: a representação pode ser recalcada, e o afeto pode ser deslocado para outra representação menos significativa, camuflando seu sentido simbólico original (neurose obsessiva) ou direcionado para o corpo (histeria). A busca de Freud se pautou no encontro da representação inconsciente patogênica (Laplanche e Pontallis, 1996).

Procuramos aqui dar mais ênfase ao ato de representar simbolicamente o que nos acomete nesse momento devido ao caldo em que estamos imersos – pandemia e má gestão política no Brasil – do que tratar propriamente de que tipo de representação está em jogo.

Resumidamente, temos que a representação da coisa refere-se a um investimento das imagens mnésicas ou de traços mnésicos que deixam suas inscrições no psiquismo através das imagens de movimento que Freud abordou em seu texto *Projeto para uma psicologia científica* (1895), que pertencem ao processo primário de pensamento e se encontram no sistema Inconsciente. Para adquirirem uma qualidade consciente específica, dependem da passagem entre o processo primário e o processo secundário. Assim, podem pertencer ao sistema pré-consciente-consciente para ganharem a condição de representação de palavra, já que a representação consciente engloba a representação de coisa mais a representação de palavra (Laplanche e Pontallis, 1996). Aqui acreditamos que essa representação pode alcançar significação simbólica para que o processo de elaboração psíquica do conflito possa acontecer em um processo de análise por exemplo.

O que desejamos propor aqui é que toda experiência vivida precisa ser representada para o psiquismo e ser investida pulsionalmente. A pulsão não se representa por si só no campo psíquico, ela necessita de um representante psíquico, o que ainda nesse primeiro momento não é uma representação propriamente dita. Para tornar-se uma representação (representante-representação) terá que investir no traço mnésico decorrente das primeiras vivências de satisfação. A partir da representação (*Vorstellung*) os afetos ganham expressão em instâncias superiores do aparelho psíquico (a consciência por exemplo), e o Eu tem a possibilidade de simbolização desses afetos. Sem a ligação pulsional promovida por *Eros*, a pulsão de morte opera em sua função de desinvestimento e sem investimento fica a ameaça de desaparecimento de uma representação, ou mesmo o impedimento de representação, para o Eu, daquilo que gerou demanda pulsional, seja algo das relações intersubjetivas, seja algo da ordem de um fenômeno externo.

Sabemos que no processo primário temos uma forma de funcionamento em que o que se busca é a repetição da vivência de satisfação que trouxe uma

marca da experiência de prazer. Nessa busca incessante, temos que não haveria existência possível, pois o imperativo da realidade nos exige passar pelo teste de realidade, fazendo-se necessário o adiamento inevitável de obtenção da satisfação. Diante dessa frustração, do não atendimento imediato das necessidades, diante do sofrimento que isso causa, estamos perante o risco da retirada do investimento sobre todas as coisas (seu próprio corpo, o outro e a realidade que nos cerca). A primeira tarefa do Eu é opor-se a essa retirada de investimento e para tanto necessita de uma causa de sofrimento para que continue investindo, para poder contar com a esperança de abrandamento desse sofrimento, essa função provém das pulsões de vida.

Com Piera Aulagnier (1990) encontramos nesse pensamento algo que entendemos ser de suma importância para esse momento pandêmico que nos acomete sob os contornos bem específicos dessa não política ou, melhor dizendo, dessa necropolítica¹ (Mbembe, 2018), que corrobora o predomínio do negacionismo e assim promove o desinvestimento de ações que operem em favor da vida, além de poder promover um desinvestimento de nossa condição de simbolização, provinda do investimento das pulsões de vida. O único investimento que a pulsão de morte pode reger é o investimento no desinvestimento. Portanto, em concordância com Aulagnier, somos sujeitos condenados a investir:

Condenado para e pela vida a uma colocação em pensamento e em sentido de seu próprio espaço corporal, dos objetos-alvo de seus desejos, dessa realidade com a qual você deverá co-habitar, cuja permanência é assegurada pelos suportes privilegiados de seus investimentos, aconteça o que acontecer (AULAGNIER, 1990. p. 281).

O Eu confrontado com o sofrimento precisa da antecipação de um tempo futuro onde o prazer estaria novamente presente, também denominado esperança (AULAGNIER, 1990). No cenário atual, em que estamos ameaçados pela falta de

1 Remetemos o leitor à obra de Achille Mbembe sob o título: *Necropolítica*. Nessa obra Mbembe trata das formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte. A necropolítica associada ao necropoder vem nos mostrar uma nova forma de existência social, na qual as vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. Acreditamos ser um termo muito pertinente referido ao governo atual de Jair Bolsonaro, em que se expressa incessantemente seu descaso com a vida, através de uma gestão marcada pelo imenso número de mortes e destruições.

proteção ao nosso corpo, que pode ser acometido pela doença, pela falta de proteção em relação à morte, a nossa própria e a daqueles que amamos, pela escancarada falta de um Estado que dê suporte à manutenção da esperança por meio de políticas públicas e humanitárias. Estamos lançados a um imenso desamparo, sob a ameaça do predomínio de Tânatos.

O relato da caminhada descrito foi apenas um disparador para construirmos um registro sobre o que estamos vivendo há mais de um ano em decorrência da pandemia. Nosso aparelho psíquico tem uma espécie de “compulsão à simbolização” (Roussillon apud Minerbo, 2016, p. 53) para tornar mais assimilável, através do trabalho de representação (*Vorstellung*), as vivências que nos atravessam e que estão pouco ou nada simbolizadas. Dependemos da representação desses afetos para que haja elaboração psíquica possível; sem isso ficamos à mercê da insistência da compulsão à repetição, a serviço da pulsão de morte:

É preciso separar bem esse ato de desinvestimento e suas consequências, desse outro ato pela qual uma representação poderá ser recalçada. O recalque é uma ação cujo agente é o Eu, ação em princípio, a serviço de realização dos desejos e dos investimentos de um Eu que, mudando de objeto e de meta, espera preservá-los. Eu diria que uma representação só é recalçável e recalçada porque efetivamente não está desinvestida [...] O desinvestimento operado por Tânatos abole, dissolve, apaga para sempre a representação do objeto (AULAGNIER, 1996, p. 288).

A vida como estava investida antes da pandemia já não é mais a mesma e esse fato talvez possa abrir uma brecha para a pulsão de morte operar com mais força, pois pode promover o desejo de desinvestimento. Dar representação psíquica a esse cenário pandêmico, aqui destacado pelo alto número de mortos, é trabalhar a serviço da pulsão de vida, no que tange sua condição de ligação, é investir para existir fora do traumático.

Algo nessa caminhada se fez sentir no corpo pela sensação de peso. Na pandemia, um peso paira no ar, talvez uma espécie de fenômeno da ordem do coletivo nos atinja. Numa brecha, durante a caminhada, abre-se a partir desse momento de distração uma espécie de associação livre de pensamentos, o corpo torna-se o primeiro receptor das sensações. Para dar saída a esse mal-estar surge a demanda de representação (*Vorstellung*) para dar sentido simbólico a esse vivido, representando-se no peso dos mortos da Covid-19. A

construção dessa representação tem efeito de suporte, dado através do encontro de uma causalidade que viria, por assim dizer, minimizar o sofrimento. Segundo Aulagnier (1990), graças a uma construção causal a realidade pode ser transformada em realidade humana, colocando o sujeito inserido nessa realidade e não somente afetado por ela. Criando, portanto, uma condição pensante sobre si que significa manter investido o que o acomete. Esse exemplo pequeno e simples tornou-se inspiração para pensarmos psicanaliticamente a partir de textos de importantes autores (psicanalistas ou que escrevem com aportes psicanalíticos) que ganham grande atualidade para esse momento.

Consideramos que a pandemia do novo Coronavírus, além de inúmeros outros efeitos, traz também algo da ordem de um fenômeno que revela “presença” dos mortos a todos nós, uma presença que se não for representada deixará sequelas de ordem traumática. Nossa atual conjuntura política fortalece demais a ação da pulsão de morte em nosso funcionamento psíquico. Como psicanalistas trabalhamos em favor de *Eros*, buscamos promover condições para que o sujeito possa realizar ligações libidinais para suas moções pulsionais, ampliando seu campo psíquico, construindo um maior registro de experiências, enriquecendo sua condição simbólica para representar, mitigando assim seu sofrimento e mal-estar. Às voltas com a pandemia tudo se intensificou, exaltando a necessidade de continuarmos investindo libidinalmente não somente na clínica, mas também na construção de escrita que propicie o registro desse momento para continuidade de produções de escrita e pensamento. Nossas consultas teóricas se valeram das reflexões de textos de Piera Aulagnier em *Condenado a Investir* (1990), de Jacques Derrida em *Espectros de Marx* (1994), e Pierre Fédida em *O epos – o sítio* (1996).

Derrida (1994) irá conceituar como Espectro essa *presença* sentida como *coisa*, o que, em nosso entendimento, poderia ser considerado também como um fenômeno que pede representação (*Vorstellung*), não apenas individual, mas coletiva. Com Fédida (1996), a partir de seu pensamento sobre os mortos, encontramos uma reflexão na qual os mortos pedem nomeação, reconhecimento e um sentido simbolizado para a *matança* ocorrida. Este autor prioriza a retomada da significância da palavra, ele trata da memória da língua. Inferimos que essa importância do dar a palavra possa ser pensada no sentido de investir libidinalmente as representações, possibilitando construções simbólicas para enriquecimento do Eu. Tudo isso serve para refletirmos sobre a demanda de representar psiquicamente esse momento tão inusitado em que vivemos, para podermos questionar além dos desdobramentos da pandemia no Brasil, agravados pela má gestão política, para construir também o que poderia vir a ser um pensamento que contenha a esperança, uma condição humana que está a serviço de *Eros*.

DO ESPECTRO

Derrida (1994) pensa, ao longo de toda sua obra e especialmente em *Espetros de Marx*, um ser ou quase-ser que, sem propriamente “existir”, insistiria. Essa insistência (mais do que existência) seria algo como uma assombração da presença. Para ele, é como se as coisas não se reduzissem à sua mera presença, como se fossem estranhamente duplicadas por sua própria ausência, por seu desaparecimento potencial. Desaparecimento enquanto morte, mas não a morte entendida como um ponto final; a morte como uma espécie de sombra da vida, co-substancial a ela. Já que seríamos todos velhos o suficiente para morrer a partir do momento em que nascemos, seríamos todos também, forçosamente sobreviventes. A vida não seria mais do que uma sobre-vida. Algo que se assemelharia, a nosso ver, à pulsão de morte freudiana, já que também Freud (1920) concebia a vida como um desvio da morte.

No entanto, esse elemento heterogêneo à vida como simples presença, que a acompanha e duplica, não se reduz para Derrida (1994) à mera consciência da morte e nem sequer a um elemento inconsciente. Ela não se encontraria, de nenhuma forma, em nossas cabeças. O filósofo postula uma paradoxal *presença* fenomenológica dessa ausência e é justamente a essa *coisa* que ele dá o nome de Espectro. Derrida (1994) é cuidadoso em diferenciar Espírito e Espectro. Esse último, segundo ele, pesa:

[...] o espectro é uma incorporação paradoxal, um devir-corpo, uma certa forma fenomenal e carnal do espírito. Ela se torna, de preferência, alguma ‘coisa’ que se mantém difícil de nomear: nem alma, nem corpo, e ambos ao mesmo tempo (DERRIDA, 1994, p. 11).

Diferentemente do sopro imaterial do espírito, o espectro é a materialidade daquele. O espectro da morte assombra os assim chamados vivos a partir do futuro. Não só temos, enquanto animais humanos, o “privilegio” do conhecimento antecipado de nossa morte como essa consciência é ela própria doadora de sentido (o ser-para-a-morte heideggeriano). De forma simétrica o presente pode ser assombrado pelo passado por aqueles que já desapareceram. Para Derrida (1994), entretanto, essa relação com a morte não se reduz à “consciência” da morte futura e à memória dos mortos. O fundamental se dá na assincronia que ela provoca, impedindo que o presente – a presença do presente – se reduza a si própria. A condição do vivo é de sobrevivente: vivemos, mas não sem relação com o fato de essa vida estar desde sempre arrancada do presente por dois lados; vamos em direção à nossa morte enquanto temos às nossas costas a morte dos outros.

Hamlet é a grande referência literária de Derrida ao longo de *Espectros de Marx*. Ali também um espectro, o do rei, pai de Hamlet, assombra: o espectro de um morto que pede vingança. A seu respeito Derrida descreve uma forma de visibilidade específica que ele chama de Efeito-Visor. O espectro seria aquele que olha sem se permitir ser olhado (na peça, o rei aparece para Hamlet em sua armadura e com a cabeça protegida por seu visor): “A armadura não permite que se veja o corpo espectral, mas ao nível da cabeça e por baixo do visor, ela permite ao suposto pai falar e ver. Algumas aberturas permitem a ele ver sem ser visto e falar para ser ouvido” (DERRIDA, 1994, p.7). Alguma coisa [alguém?] nos vê sem que possamos vê-lo. Derrida sobrepõe à assimetria temporal da morte (ao que chamamos de assincronia) uma assimetria visual: embora não esteja no mesmo tempo que nós, é possível que o espectro esteja no mesmo espaço. Todavia, dizer que ele está no mesmo espaço não significa que possamos vê-lo. A presença do Espectro: “interrompe aqui toda especularidade” (DERRIDA, 1994, p. 9).

Assim, não vemos, do espectro, nada além de seu corpo protético: a armadura e o visor. Somos vistos sem ver. Da mesma forma que na caminhada, nosso exemplo disparador, o afeto experimentado é uma sensação de ser observado sem poder devolver esse olhar. O espectro que, tal qual o pai de Hamlet, vem não apenas de outro lugar, mas principalmente de outro tempo: o tempo dos mortos. Porém, à diferença daquele pai, esses espectros nada falam, não há uma injunção clara. Aliás, a princípio nada pode garantir que não se trate de mera imaginação, um delírio inócuo. Há apenas um afeto que é vivido a partir do corpo.

Assim, gostaríamos de propor uma primeira hipótese que de certa maneira nos parece conversar com os temas do espectro e da assincronia no contexto da pandemia do novo Coronavírus: a dissonância cognitiva que nos assaltou no início da pandemia teve por causa maior uma profunda desordem temporal, com o esfacelamento de referências temporais profundamente enraizadas no cotidiano. O tempo foi a primeira coisa que a quarentena desorganizou, tirou. Ele se tornou simultaneamente excessivo e faltante. As previsões longínquas de uma estabilização da catástrofe, o tempo que resta para a economia colapsar, para que falem leitos de hospital, a ausência de movimento nas ruas nos primeiros três meses da pandemia, o tempo de repente ocioso, inchado e ao mesmo tempo expectante para aqueles que não podem mais trabalhar. O futuro se tornou um buraco negro que nos sugou sem nos deixar adivinhar o que havia dentro dele, parece nos roubar a condição de ter esperança (Aulagnier, 1990), impossibilitados de imaginar o futuro ficamos propensos a desinvestir. Nossa hipótese, portanto, é que a combinação dessa desordem do tempo somada às milhares de mortes abriu um portal para os espectros.

A partir da pandemia, o mundo se torna fervilhante de fantasmas e, para que não sejamos assombrados continuamente por eles, devemos criar condições para poder representá-los.

Como psicanalistas, não podemos nos furtar a perguntar o que a psicanálise tem a ver com tudo isso. Para além das questões gerais sobre as mudanças do *setting*, o que a psicanálise, a partir da sua leitura sobre os sujeitos e sobre os laços sociais, teria a contribuir para essa discussão?

Tocados pela colocação de Aulagnier, buscamos pensar, investir e dar suporte ao sofrimento:

Pensar, investir, sofrer: os dois primeiros verbos designam as duas funções sem as quais o Eu não poderia nem advir, nem preservar seu lugar na cena psíquica; o terceiro verbo, o preço que ele deverá pagar para tanto (AULAGNIER, 1990, p. 285).

Passado mais de um ano da caminhada, o número de mortes da pandemia quebra recordes dia a dia. Os poderes estabelecidos fortalecem uma grotesca aliança contra as instituições. As vacinas chegam ao país com uma dificuldade que torna ingênuo pensar em uma simples incompetência generalizada na gestão dos bens, e que se assemelha mais a um ataque direto à população. No entanto, a estranheza, a instabilidade psíquica experimentada por todos no início da pandemia parece haver enfraquecido, se tornado a própria normalidade. Como recuperar, se é que isso é possível, algo da potência desse estranhamento (*Unheimlich*)² que se espalhou pelo mundo? E seria isso algo ainda desejável no final das contas? Talvez sim, porque acreditamos que haja um potencial (digamos, por enquanto, à meia-voz) revolucionário nesse estranhamento, podendo ter um efeito mitigador sobre a pulsão de morte.

DOS MORTOS

Na busca de construirmos uma narrativa para representar esse momento pandêmico em que a banalização dos mortos e da morte impera, encontramos no texto *O epos – o sítio*, de Fédida, uma importante temática erigida psicanaliticamente. Nele o autor apresenta as diversas formas de linguagem que se constituem no ser humano. Utilizando a analogia dos mortos, nos remete

2 O termo *Unheimlich* foi apresentado por Freud em seu texto *O Estranho*, de 1919. O notável desse texto é a relação entre o estranho e o familiar em nós. Aquilo que julgamos estranho ou que nos causa estranhamento revela algo que um dia nos foi familiar e que agora encontra-se recalçado.

a um tempo épico, que ele denomina linguagem do *epos* (Fédida, 1996, p. 76), em que os mortos eram reconhecidos em sua bravura na luta em guerras tida como legítimas, ou seja, aquelas em que haveria causas, sentido que livraria, assim, a guerra de uma violência pela violência, de seu esvaziamento de sentido para ser simbolizada.

Tomamos a liberdade de percorrer o texto dentro de um recorte suscitado pelos impactos atuais que nos acometem. Nesse sentido, destacamos a afirmação de Fédida (1996) de que os mortos pedem reconhecimento e nomeação através de sua inclusão numa linguagem que contenha simbolização, que alcance um nível de representação possibilitando a criação de uma narrativa que dê lugar histórico e simbólico para esse tempo do aqui e agora que vivemos. Sem essas construções estaremos numa espécie de oco, de vazio que cobrará ser preenchido por representações e investimentos de forma atemporal, acometendo, futuramente, as próximas gerações.

Assim, partimos desse recorte do texto para traçar um paralelo com os mortos pela Covid-19:

A vingança dos mortos dirige-se aos que mataram desconhecendo a virtude do espírito da guerra e para quem a guerra estava desprovida da linguagem do *epos*. Pois só o *epos* pode nomear e enumerar contando quem forjou a arma que matou aquele cuja morte sobreveio com distinção. Não são dignos de serem chamados guerreiros – diz Platão – aqueles que desconhecem o nome do adversário. É assim que a vingança dos mortos se voltará contra a covardia da guerra quando ela tende a aniquilar o espírito da comunidade (FEDIDA, 1996, p. 76).

Se para Fédida (1996) os mortos exigem nomeação, consideramos essa demanda uma exigência de trabalho para o aparelho psíquico, isto é, trabalho de representação (*Vorstellung*). Excluída a linguagem do *epos* do sentido que as coisas podem adquirir para se representar psiquicamente, está excluída também a capacidade de simbolização do que nos acomete. Transpondo esse pensamento dos mortos em Fédida (1996) para os mortos da pandemia, teríamos na experiência da caminhada, em que o peso dos mortos se fez revelar, uma manifestação da necessidade de representarmos psiquicamente o que nos tomou de forma tão inesperada e, portanto, muito pouco ou até mesmo não representada? Quando uma sensação estranha acomete o caminhante de nosso exemplo, não estaríamos às voltas com uma demanda de dar significado

simbólico ao fenômeno da presença-ausência dos mortos, revelando a necessidade de representar psiquicamente o que nos chega nesse momento, inclusive de maneira coletiva?

Se assim for, poderíamos considerar que a linguagem do *epos* se referiria a um tempo onde a forma de pensar e, portanto de representar (representação de coisa), não poderia ficar excluída da constituição de uma fala (representação de palavra) que se diz atual? Se sim, como poderíamos passar por essa experiência pandêmica que traz tantas perdas e nos coloca tão de frente para nossa condição de finitude sem a consciência de que precisamos da construção de uma linguagem que abarque uma memória do que somos, mas não apartados da nossa pré-história e da influência cultural que trazemos introjetada. Fédida diz que:

Ao falar, de alguma maneira o homem está na busca desesperada de uma anterioridade que possa conferir à sua ação atual uma alta profundidade: e não é somente por vontade da linguagem que o anedótico familiar de uma ação (acontecimento) atual adquire sua figurabilidade heroica. Esta disposição da linguagem pode ser perdida. Então todas as coisas familiares arrastam a fala e seu destinatário à confusão. Não deixa de ser, então, de uma disposição ‘épica’ da linguagem que aquilo que seja exigido daquele que fala esteja na justa distância na qual a fala nomeia, enumera e, ao dizer, narra a linhagem e as origens. (FEDIDA, 1996, p. 86).

Lembremos que Fédida fala da vingança dos mortos não nomeados, o que nos leva à constatação, já conhecida da psicanálise, daquilo que insiste por se representar ou pôr-se à mercê da compulsão à repetição de Tãatos. Sintomas dos mais diversos se expressam, substituindo aquilo que ainda não ganhou palavra, aquilo que ainda não foi representado simbolicamente para o Eu. Em concordância com Aulagnier “é graças à possibilidade de nomear as experiências que a experiência vivida poderá ser memorizada, ou ao contrário será recalçada, ou até mesmo para sempre esquecida.” (AULAGNIER, 1996, p. 291).

Se o evento mais próximo ao que vivemos, em termos de pandemia, ocorreu há mais de cem anos com a Gripe Espanhola de 1918, quais os recursos psíquicos de que dispomos para que o traumático não deixe seus efeitos devastadores sobre a saúde mental da maioria da população? A psicanálise, não só como método de tratamento, mas como lugar de construção de teoria

e pensamento, incumbe a nós psicanalistas buscar dar visibilidade ao que se manifesta e ainda se manifestará por um longo período atravessado por esse possível traumático da situação.

O que não se transforma em representação para ligação do afeto gera um excedente de energia que busca descarga imediata. O que não alcança o nível de uma representação que possa transitar pelas instâncias psíquicas fica a serviço da pulsão de morte. Pensarmos na necessidade de representação passa sobre o aspecto traumático. Trauma no sentido psicanalítico é todo excesso que o aparelho psíquico não pôde dar conta de representar e circula sem ligação no mundo interno do sujeito, podendo gerar efeitos de ordem somática por não estar simbolizado. Esses efeitos variam das crises de angústia, que podem promover ataques de pânico, até uma variedade de sintomas físicos.

Dessa forma, representar significaria poder pensar o mundo e não somente afetar-se por ele. Se na Filosofia se pensa sobre os fenômenos conscientes, a psicanálise se constituiu na busca de refletir acerca dos fenômenos inconscientes. A passagem da representação do sistema inconsciente para o pré-consciente-consciente ocorre se o psiquismo encontrar recursos que permitam que aquilo que nos afeta tenha expressão, e isso pode acontecer através da palavra, falada ou pensada. Isto é, através da construção de uma linguagem com seus conteúdos simbólicos que dê estofa à palavra. O atributo da palavra é um recurso da psicanálise desde seus primórdios. Não estamos nos referindo a uma fala repleta de palavras racionalizadas ausentes de simbolizações; queremos destacar uma fala que contenha aquilo que caracteriza a fala humana, a saber: seu conteúdo emocional naquilo que se quer comunicar ao outro. Fédida assim coloca:

A fala humana é feita de modo que saiba abrigar uma tal piedade na simples pronúncia de nomes que distinguem e reconhecem. Mas por pouco que esta piedade venha a faltar, os nomes são destituídos e a violência suprime a guerra, assim como ela destruiu o sonho, a linguagem e sua cólera. A guerra não é mais digna de chamar-se assim uma vez que a linguagem foi aniquilada. Ela não distingue mais nada. Os mortos lembram-se da violência que desejou sua desapareção em massa – tendo a guerra acabado quando a linguagem foi perdida (FÉDIDA, 1996, p. 76).

Assim, entendemos que precisamos da construção de uma linguagem que possa representar esse momento de tantas perdas, inclusive para que ocorra

o trabalho do luto. A não possibilidade de velar os mortos pela Covid-19, o caixão lacrado, a falta de uma despedida, a ausência de velório que permitiria o desenvolvimento de recursos psíquicos para o trabalho do luto e a construção da memória da qual dependemos para dar destino à dor da perda, deixará muito provavelmente um número grande de pessoas sob os efeitos desse trauma. Mesmo que não tenhamos perdido ninguém próximo, perdemos muita coisa nessa pandemia.

O luto sem elaboração é luto patológico, não promove a construção da memória, mantém sempre o morto em negação e, como vimos em Fédida (1996) o morto nunca morre se não há autoria do assassinato. Precisamos da construção de histórias sobre a nossa história para sairmos de uma condição sonambúlica de existência. Temos que sonhar nossos mortos, dar representação a eles. Isso inclui também a produção de sonhos noturnos, pois sabemos, a partir de Freud (1900) e de seu trabalho sobre a interpretação dos sonhos, que sonhar é uma tentativa de dar representação ao que insiste em retornar; seja do inconsciente recalçado, seja da compulsão à repetição na busca de representação simbólica para acesso à consciência. Sem sonhos não há sono de que podemos acordar. Sem eles, nos manteremos eternamente sonâmbulos.

Representar as consequências dessa pandemia é trazer para a cena psíquica a junção do individual e do coletivo. Não temos uma cultura no Brasil que fortaleça o sentido de coletividade, e a situação pandêmica nos coloca frente a isso. Precisamos reconhecer que na perda dessas vidas, para além da impotência diante da ação do vírus, está também contida a falha ou, melhor dizendo, o movimento genocida por parte do alto escalão do governo na condução de ações protetivas que minimizariam essas perdas.

Infelizmente, estamos diante de uma naturalização das mortes pela Covid-19, construída pelo discurso negacionista por parte de quem governa esse país e de seus apoiadores. Essa naturalização promove a sensação de que “isso faz parte”, “é assim que acontece em uma pandemia”, como se não houvesse mais nada a ser feito, como se não houvesse a necessidade de uma maior implicação do Estado em demonstrar minimamente um pesar, através de ações verdadeiramente eficazes, incluindo estratégias de cuidado para a amenização dos efeitos trágicos que nos assolam. O morto negado dispõe da potência para vingança, nos diz Fédida (1996), e ela virá, infelizmente, assolando as futuras gerações, pois há tempos vem ocorrendo uma perda do sentido de civilização. Nossa cultura atual parece alimentar um pensamento mágico onipotente de imortalidade e diante disso aparece a sensação de que quem pode morrer é sempre o outro, de preferência distante de mim.

Ninguém passará ileso por esse ocorrido pandêmico. As particularidades dos efeitos aqui no Brasil foram agravadas demais. Por falta de uma verdadeira

política de cuidado estamos à deriva. Sem exagero, vivemos um momento de descalabro, de negacionismo patológico cujos estragos não serão somente refletidos na queda do PIB (índice de crescimento econômico do país), mas também nos danos psicológicos e emocionais da população, afetando outro índice que deveria ser levado em conta na mesma medida, o IDH (índice de desenvolvimento humano).

Nossa sociedade ainda não foi capaz de reconhecer nem os nomes dos mortos que a ditadura deixou. São ossos e mais ossos empilhados na vala de Perus³ aguardando reconhecimento pela violência infligida. Violência institucionalizada, introjetada na base da negação. Da mentira que a negação promove não se faz a correlação do período histórico da Ditadura e dos atuais desdobramentos que estão aqui para revelar a insistência daquilo que ainda não foi reparado, permanecendo não simbolizado e ainda colocado em dúvida, por alguns, como fato histórico. Como dito por Fédida (1996), sem a autoria do assassinato haverá sempre a volta do morto para reivindicá-la, e como vimos com Derrida (1994), estamos às voltas com o espectro que abriga os fantasmas não representados da nossa história que continuam a nos assombrar, impedindo que avancemos como sociedade. Ainda carecemos de políticas de reparação aos indígenas, aos negros e aos mortos da Ditadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março de 2020, ocorreu o primeiro registro de morte por Covid-19 no Brasil. Em março de 2021, um ano depois, enfrentamos o pior momento da pandemia, com o risco de ainda haver momentos piores. O colapso da saúde já é uma realidade em todo o país. Diante desse inesperado pandêmico somado à gestão negacionista do Governo Federal, abrem-se duas frentes: o efeito “contagante” da negação para aqueles que apoiam o presidente e a desoladora sensação de desamparo para aqueles que percebem, sentem e pensam sobre a tragicidade dessa situação.

O exemplo da caminhada pensada neste trabalho teve o intuito de demonstrar a importância da representação (*Vorstellung*) e concomitantemente a importância de investir libidinalmente esse momento, em que estamos envolvidos em algo da ordem do ainda não vivido, do ainda não representado.

3 A vala de Perus foi construída em 1976 ilegalmente pela prefeitura de São Paulo no Cemitério Municipal Dom Bosco, no distrito de Perus. Essa vala serviu para receber os corpos das pessoas assassinadas pela repressão durante a Ditadura Militar, que perdurou no Brasil de 1964 a 1985. Em 04 de setembro de 1990 esse local foi deflagrado e foram retiradas 1.049 ossadas, em parte constituídas por vítimas dos esquadrões da morte e em parte por ativistas políticos. Fonte: Instituto Vladimir Herzog, agosto de 2020.

Como seres psiquicamente constituídos, necessitamos da construção de sentido simbólico para o que nos acomete de modo que possamos, ainda que minimamente, lidar com os efeitos traumáticos gerados por essa junção catastrófica: a pandemia e sua gestão.

Se algo permanecer somente como fenômeno, como coisa sentida e ainda não simbolizada, haverá insistência pulsional para que haja representação. O aparelho psíquico, através das representações, busca dar fluxo aos afetos brutos que se acumulam. Sem escoamento dos afetos estamos às voltas com o traumático.

Ao utilizarmos o conceito de espectro, buscamos pensar o fenômeno que a pandemia gera. Propusemos entender esse fenômeno como algo que nos acomete a partir de fora e que ao atravessar-nos demanda trabalho de representação. Não há como nos isentarmos desse trabalho sem estarmos a serviço da pulsão de morte.

A representação promove a ligação da coisa para a construção do pensamento, só assim se pode alcançar um sentido simbólico. Se permanecer como material bruto, ficará sujeita, por assim dizer, à compulsão à repetição. O que se repete promove mal-estar, e angústias, que são vividas com agonia no aqui e agora. Para que haja saída desse mal-estar, o psiquismo mobiliza uma série de defesas para dar forma à coisa e assim tentar uma diminuição da tensão pulsional no aparelho psíquico.

Associando essa demanda de representação ao texto de Nuno Ramos que abre este artigo, onde o autor aborda a vingança dos mortos sobre a sociedade na forma de abraço da podridão, pretendemos aqui dar a palavra à falta de política humanitária que não preservou, como deveria preservar, inúmeras vidas. Representar esse trágico para não sermos capturados pela pulsão mortífera.

Estamos num momento de intenso fortalecimento da negação. Se ela é uma defesa necessária ao Eu, essa negação traz à cena psíquica a predominância da pulsão de morte se for permitido que ela se torne imperante. Nesse cenário atual encontramos a predominância de uma espécie de Eu primitivo que funciona de uma maneira onde tudo que não é reconhecido como parte de si ataca e destrói. Um exemplo disso está na crítica feita por uma parte da população e do governante desse país à ciência, que está novamente às voltas com a necessidade de ganhar credibilidade, num retrocesso que se torna imensamente danoso e maléfico ao coletivo. A pandemia está nos colocando diante do espectro que nos observa e, diante de uma condição não pensante sobre ele, o negamos.

É interessante notar o movimento de negação até no uso de máscaras, que tem por objetivo evitar o contágio, sendo primeiramente uma medida de proteção do outro. Esse cuidado inaugura a lógica do encontro entre eu e o outro. Temos visto pessoas que se acham no direito individual de não usá-la

porque acreditam que o que está em questão é sua liberdade pessoal. Temos na figura do governante um grande incentivador do não uso de máscaras. Se devemos usar máscaras como um gesto civilizado de agora em diante, mesmo depois que a pandemia passar, devemos igualmente nos defrontar com as “máscaras” que precisamos deixar cair para assim deixarmos de negar que não podemos mais levar uma vida na qual nossas escolhas individuais sejam desvinculadas dos efeitos que possuem no coletivo.

A delicadeza na construção da humanização é um projeto que acontece junto ao outro. A equação: “se não conheço o morto, não me afeto”, é reveladora do adoecimento da condição de compaixão. Nascer como ser social é “contagiar-se”, é receber o outro dentro de si como estrangeiro, é correr o risco de sair de um estado “asséptico” do existir (que é mítico por excelência) sustentado pelo ideal narcísico no seu anseio pela pureza de viver somente entre os iguais. Com Freud (1930), sabemos das renúncias pulsionais necessárias para vivermos em civilização; não somente nela, mas em toda e qualquer construção de relações que incluam subjetividades. Com Aulagnier (1990), constatamos que o Eu que sofre deveria aprender a nunca esquecer que nada pode garantir que o corpo não será atingido por uma doença, que não morrerá subitamente e que nada garante que o amor que lhe é dado não acabará, que não seremos acometidos por fenômenos que conturbariam a espécie de calma em que se vive. Sem esse aprendizado o sofrimento levaria ao desinvestimento libidinal dos objetos.

Nessa escassez afetiva atual se reduzem os recursos psíquicos para realizar o trabalho de luto. A empatia como recurso fala de uma condição mais evoluída do Eu. Podermos enlutar, mesmo pelo morto que não conhecemos, é reconhecer o estrangeiro em si. Para Karl Marx, citado no texto de Derrida, o nome desse estrangeiro, isto é, desse espectro, era Comunismo – “Um espectro ronda a Europa, o espectro do comunismo” (MARX, 1848, p. 39); essa frase abre o *Manifesto Comunista* de Friedrich Engels e Marx. Comunismo: um conceito que ainda não existia, nome lançado na direção do futuro na aposta de que a realidade poderia responder. Ao desenvolver esse conceito, o que Marx de certa maneira faz é abrir um espaço na realidade. Não havia na época uma consciência de classe social empírica reconhecida como proletariado, tampouco comunismo como organização política ou partidária. Eram espectros no sentido mais rigoroso do termo: existências [ainda] inexistentes, que poderiam assim ter continuado a sê-lo se não houvesse aqueles dispostos a encarná-los. Em nosso mundo atual, vemos algo desse espectro comunista voltar a assombrar nossos atores políticos. Não sem razão, é de “comunista” que se (mal) diz tudo aquilo que não se reconhece como próprio. Haveria que se pensar nessa insistência.

Essa forma de se afastar de tudo aquilo que causa estranhamento é demonstrado por Freud (1919) em sua ligação com o íntimo (familiar) contido nesse estranhamento. A proximidade desse íntimo, que se encontra recalado (o estranho-familiar) é sempre causa de angústia. Por essa razão, entendemos que o estranho é o estrangeiro que habita em nós.

A pandemia do novo Coronavírus vem, talvez em meio à dor e ao caos – e nesse “talvez” está a marca daquilo que pode perfeitamente não acontecer – nos presentear com uma nova figura do espectro. Talvez agora as velhas palavras possam voltar a ser úteis, talvez essa legião de mortos seja uma figura possível do estrangeiro que possa não ser rechaçado, mas recebido com hospitalidade. Um novo proletariado, uma nova comunidade de espectros formada para abrigar o espírito da mudança. Uma esperança!

Se considerarmos esse momento, não somente referido à pandemia, mas como tempo em que impera um projeto de destruição de tudo o que se refere às políticas humanitárias, de preservação ambiental e pensamento democrático, como psicanalistas não podemos não relacionar o tempo atual a um predomínio da pulsão de morte. Como visto ao longo desta escrita com Aulagnier (1990), o sofrimento (e estamos com excesso dele) pode promover a perda de uma parte do capital de investimento (a libido), facilitando a tarefa de desinvestimento da pulsão de morte. Portanto, para não sucumbirmos e continuarmos mantendo a condição de ter esperança, sigamos no trabalho que a pulsão de vida exige, investir.

REFERÊNCIAS

- AULAGNIER, P. *Um Intérprete em busca de sentido I*. São Paulo: Escuta, 1990.
- DERRIDA, J. *Specter of Marx*. San Francisco: Routledge, 2006.
- ENGELS, F.; MARX, K. *Manifesto Comunista*. São Paulo. Boitempo, 2010.
- FÉDIDA, Pierre. *O Sítio do Estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1996.
- FREUD, S. (1894) *As Neuropsicoses de Defesa*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. Imago, 1996.
- FREUD, S. (1900) *A Interpretação dos sonhos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. Imago, 1996.
- FREUD, S. (1915) *O Inconsciente*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. Imago, 1996.
- FREUD, S. (1915) *As Pulsões e Suas Vicissitudes*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. Imago, 1996.
- FREUD, S. (1919) *O 'Estranho'*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. Imago, 1996.
- FREUD, S. (1920) *Além do Princípio do Prazer*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. Imago, 1996.
- FREUD, S. (1930) *O mal-estar na Civilização*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. Imago, 1996.
- LAPLANCHE, J. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MINERBO, Marion. *Diálogos sobre a clínica psicanalítica*. São Paulo: Blucher, 2016.
- RAMOS, N. *Brasil enfrenta duplo apocalipse com Bolsonaro e coronavírus*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/brasil-enfrenta-duplo-apocalipse-com-bolsonaro-e-coronavirus-reflete-nuno-ramos.shtml>>. Acesso em: 17 de junho de 2021.